

2ª turma “PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO EM ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL”

MÓDULO BÁSICO: TEORIA GERAL

Dia da Semana	Aula	Data	Módulo	Tema
segunda-feira	Aula 1	21/08	BÁSICO	Introdução ao Direito Empresarial. Teoria da Empresa. Conceito de empresa e empresário. O empresário individual e a sociedade empresarial. A EIRELI como empresário. Características e distinções das sociedades empresariais e não empresariais, sociedades não personificadas e personificadas, sociedades de responsabilidade ilimitada e limitada dos sócios, sociedades de capitais e de pessoas. Conceito e natureza jurídica do estabelecimento empresarial. (ementa alterada em 11/05/2017)
terça-feira	Aula 2	22/08	BÁSICO	Noções básicas das duas formas societárias mais relevantes: sociedade de responsabilidade limitada e sociedade anônima. Conceito de grupo econômico de fato e de direito. Desconsideração da personalidade jurídica.
segunda-feira	Aula 3	28/08	BÁSICO	Ativo e passivo da empresa. A leitura e interpretação do balanço patrimonial e da demonstração de resultados.
terça-feira	Aula 4	29/08	BÁSICO	Indicadores para análise de uma empresa em recuperação judicial. Cuidados com as distorções para acompanhar o desempenho econômico e financeiro da empresa recuperanda.
segunda-feira	Aula 5	04/09	BÁSICO	Noções e princípios para a realização de auditoria de uma empresa. Aspectos relevantes a serem observados na contabilidade de uma empresa em crise.
terça-feira	Aula 6	05/09	BÁSICO	Noções e princípios de avaliação do patrimônio material de uma empresa. Os critérios utilizados nas avaliações judiciais dos bens imóveis e móveis.

segunda-feira	Aula 7	11/09	BÁSICO	Noções e princípios de avaliação do patrimônio imaterial de uma empresa. Os critérios utilizados nas avaliações judiciais do fundo de comércio, marca, patente, desenho industrial, nome comercial, clientela.
terça-feira	Aula 8	12/09	BÁSICO	Direito das Empresas em Crise. Conceito de crise financeira, patrimonial e econômica. Conceito de insolvência e execução coletiva. Limites da licitude da conduta do empresário em crise. Noções sobre os crimes tipificados na Lei nº 11.101/05. A ação penal e o rito processual.
MÓDULO I: ATUAÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL				
segunda-feira	Aula 09	18/09	I	As novas concepções da Lei nº 11.101/05 em substituição ao Decreto-lei nº 7661/45. O Conceito de recuperação judicial. Princípios da recuperação judicial. O P. da preservação da empresa. P. do tratamento igualitário dos credores. P. da transparência, P. da boa fé objetiva. Análise da estrutura do procedimento recuperacional. O procedimento diferenciado destinado as microempresas e empresas de pequeno porte.
terça-feira	Aula 10	19/09	I	Os requisitos para o deferimento do processamento recuperacional e seus efeitos. O papel dos sujeitos do procedimento recuperacional: requerente (recuperanda), credores, administrador judicial, comitê de credores. Atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário.
segunda-feira	Aula 11	25/09	I	O Administrador Judicial e suas funções e responsabilidades na recuperação judicial (arts. 22 e seguintes da Lei nº 11.101/05. A equipe interdisciplinar e a contratação de profissionais.

terça-feira	Aula 12	26/09	I	Os critérios para a nomeação do Administrador Judicial. Fixação do valor da remuneração e a forma de pagamento. O Administrador Judicial na microempresa. Substituição e destituição do Administrador Judicial efeitos e consequências.
segunda-feira	Aula 13	02/10	I	A assinatura do termo de compromisso e as primeiras providências. Elaboração dos relatórios – Inicial e mensal. (visão ampla de toda a atividade negocial da empresa – patrimonial, econômica, financeira, pessoal, estrutural etc)
terça-feira	Aula 14	03/10	I	Verificação administrativa dos créditos. Natureza dos créditos e classes. Análise das divergências e habilitações. Elaboração da relação de credores. Parecer nas impugnações e habilitações retardatárias (fase de verificação judicial dos créditos). Formação e consolidação do quadro geral de credores.
segunda-feira	Aula 15	09/10	I	Fiscalização do cumprimento do plano recuperacional. Relatórios mensais após a aprovação do plano. Parecer final da execução do plano. Extinção da recuperação judicial e seus efeitos. A possibilidade da extinção parcial dos efeitos da recuperação judicial em razão da não consolidação do Q.G.C. Descumprimento do plano recuperacional e suas consequências. A conversão da recuperação judicial em falência. A natureza dos créditos contraídos durante a recuperação judicial para os efeitos da falência.
terça-feira	Aula 16	10/10	I	Preparação e condução da assembleia geral de credores. Aprovação e rejeição do plano e suas consequências.
segunda-feira	Aula 17	16/10	I	Casos concretos I: Possibilidade do litisconsórcio ativo na recuperação judicial. A apresentação de plano de recuperação único ou individualizado por empresas. Recuperação judicial de empresas transnacionais. Casos: OGX, OSX, 7 Brasil e OI.

terça-feira	Aula 18	17/10	I	Casos Concreto II – Trava Bancária à luz do art.49 da Lei nº 11.101/05. Créditos não sujeitos a recuperação judicial. Créditos com garantias fiduciárias. Adiantamento de contrato de câmbio para exportação. Multas administrativas aplicadas pelo Poder Público. Necessidade da apresentação das certidões negativas de débitos fiscais para a homologação do plano recuperacional. A possibilidade do Poder Judiciário rejeitar ou anular o plano aprovado em assembleia com base na abusividade das condições apresentadas pela devedora – (caso SANERIO)
segunda-feira	Aula 19	23/10		PROVA

MÓDULO II: ATUAÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL NA FALÊNCIA

terça-feira	Aula 20	24/10	II	Conceito e estado de falência. O Conceito normativo de insolvência. Princípios gerais da falência. As duas fases do processo falimentar. A estrutura da 2ª fase. O Processo de falência sob o aspecto de execução coletiva. Principais distinções entre os comandos da Lei 11.101/05 e do Decreto – Lei nº 7.661/45. Hipóteses de incidência do Decreto – Lei nº 7.661/45 nos processos em andamento.
segunda-feira	Aula 21	30/10	II	As hipóteses de decreto de quebra. Efeitos da falência sobre o falido, sobre o patrimônio e suas relações negociais. A suspensão das ações judiciais. O juízo universal da falência.
terça-feira	Aula 22	31/10	II	O Administrador Judicial na falência. A responsabilidade do Administrador Judicial como gestor dos bens e direitos da massa falida.
segunda-feira	Aula 23	06/11	II	A efetivação da decisão de quebra (art. 99 da Lei nº 11.101/05) pelo Administrador Judicial. A Participação do Administrador Judicial nas declarações do falido e a fiscalização no cumprimento do art. 99, III, da L.R.F. Procedimentos a serem realizados para a arrecadação e inventário dos bens e documentos. As medidas judiciais necessárias. O lacre do estabelecimento. Lavratura dos autos de arrecadação e inventário. Requisitos. Avaliação e guarda dos bens e documentos.
terça-feira	Aula 24	07/11	II	A elaboração dos relatórios das atividades mensais. A gestão e manutenção dos ativos e da documentação da massa. Teoria e prática. A busca das causas da falência e a elaboração do relatório do art. 22,III, “e” da L.R.F. A falência frustrada .

segunda-feira	Aula 25	13/11	II	A representação judicial da massa falida. Ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Ação revocatória dos atos ineficazes praticados antes da falência. A ação de responsabilidade dos sócios, diretores e controladores da empresa. A indisponibilidade de bens.
terça-feira	Aula 26	14/11	II	A realização do ativo. Formas. Teoria e Prática. O pedido de restituição de bens.
segunda-feira		20/11		FERIADO
terça-feira	Aula 27	21/11	II	Verificação administrativa dos créditos. Divergências. Habilitações. Impugnações. Pedidos de reserva de créditos. A classificação dos créditos. Formação e consolidação do Q.G.C. A ação de conhecimento para alterar o Q.G.C. após sua homologação. Teoria e Prática.
segunda-feira	Aula 28	27/11	II	O pagamento aos credores. Possibilidade de realização de rateios. Procedimentos e cautelas com a ordem de pagamento. Prestação de contas finais. Relatório final e encerramento do processo falimentar.
terça-feira	Aula 29	28/11	II	A falência fraudulenta. Análise individual dos tipos penais previstos na Lei nº 11.101/05. A busca das provas pelo Administrador Judicial.
segunda-feira	Aula 30	04/12		PROVA